UCRÂNIA / Decisão de fornecer munições de fragmentação para Kiev ocorre apesar das críticas de aliados. Governo dos EUA avalia desaceleração da contraofensiva e vê medida como resposta. Armamentos são banidos por convenção internacional

Biden aprova envio de bombas proibidas

» RODRIGO CRAVEIRO

Sergey Bobok/AFP



Soldados ucranianos manobram tanque na região de Kharkiv: risco de ficarem sem munição

Aris Messinis/AFP



Explosivos não detonados liberados pelas bombas de fragmentação, em foto de arquivo

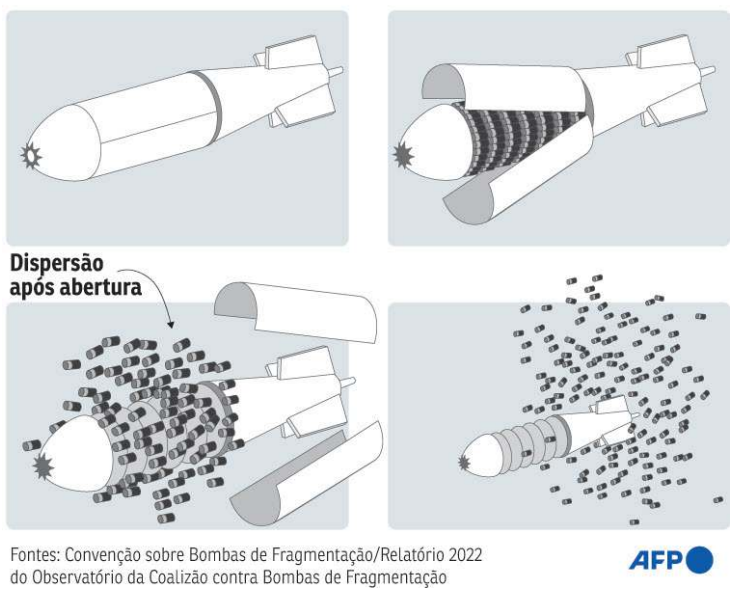
A decisão foi celebrada pela Ucrânia, condenada pelas organizações de defesa dos direitos humanos e censurada por aliados dos Estados Unidos. A Casa Branca confirmou, na tarde de ontem, que enviará munições de fragmentação para Kiev. "É a coisa certa a fazer", afirmou o governo norte-americano. Jake Sullivan — conselheiro de Segurança Nacional do presidente Joe Biden — assegurou que os ucranianos não usarão essas munições em terras estrangeiras. "É o país deles que estão defendendo. São os cidadãos deles que estão protegendo. Eles estão motivados a usarem qualquer sistema de armamento que tiverem, a fim de minimizar os riscos para seus cidadãos", declarou.

As munições de fragmentação são proibidas por uma convenção assinada por 123 países, incluindo França, Alemanha e Reino Unido, importantes aliados de Washington. Estados Unidos, Rússia, Ucrânia, Brasil e Argentina não firmaram o documento. O uso desses armamentos em áreas civis representa uma violação do direito internacional e um possível crime de guerra. Ao explodirem no ar, as munições de fragmentação dispersam grande quantidade de projéteis menores sobre uma extensa área.

De acordo com Sullivan, a última palavra foi dada por Biden. "É uma decisão que exigiu uma análise muito aprofundada do dano potencial aos civis", explicou o conselheiro. "Quando colocamos tudo junto, houve uma recomendação unânime da equipe de segurança nacional, e o presidente Biden finalmente decidiu, em consulta com aliados e com membros do Congresso, seguir adiante nessa estratégia", explicou. Em entrevista à emissora CNN, o próprio Biden admitiu que foi uma decisão "difícil" e que os ucranianos "estão ficando sem munições".

Armas controversas

As bombas de fragmentação são projetadas para dispersar ou liberar pequenos explosivos (submunições).



Fontes: Convenção sobre Bombas de Fragmentação/Relatório 2022 do Observatório da Coalizão contra Bombas de Fragmentação

AFP

O envio das munições de fragmentação está contemplado em um pacote de US$ 800 milhões (cerca de R$ 3,8 bilhões) em ajuda militar, anunciado pelos Estados Unidos. Subsecretário para Política de Defesa do Pentágono, Colin H. Kahl afirmou que Washington despachará para Kiev suas "mais modernas" munições convencionais aprimoradas de duplo propósito (DPICM), com taxas de "fracasso" abaixo de 2,35%. Segundo Kahl, os índices de falha das DIPCM — munições de fragmentação — usadas pela Rússia na Ucrânia chegam a 40%.

Ele ressaltou que o governo do presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, garantiu o uso responsável desse armamento e se comprometeu, por escrito, a não utilizar as bombas em ambientes urbanos com população civil. O subsecretário reconheceu que a contraofensiva ucraniana se desenvolve de forma mais lenta do que se esperava. "Fornecer munições de fragmentação à Ucrânia dá a eles (ucranianos) uma flecha extra em sua aljava (espécie de estojo)", comentou Kahl.

"Futuro em jogo"

Mykhailo Podolyak, conselheiro especial de Zelensky, destacou que, "na grande guerra sangrenta, que tem se estendido por mais de 16 meses e que predeterminará o futuro do mundo — se ele é desprovido de lei (russo) ou se nele o direito internacional existe —, o número de armas importa". "Então, armas, mais armas, incluindo munições de fragmentação", pediu.

Em entrevista ao **Correio**, Daryl G. Kimball — diretor executivo da Associação para o Controle de Armas (em Washington) — afirmou discordar da decisão da Casa Branca. "Nós nos opomos firmemente à transferência ou ao uso dessas armas indiscriminadas a qualquer parte. As munições de fragmentação estão entre os armamentos mais prejudiciais para os civis, pois dispersam bombas, indiscriminadamente, por uma ampla área. Muitas vezes, elas não explodem no impacto inicial, deixando resíduos e colocando em perigo civis, especialmente crianças, décadas após o fim do conflito."

Ele acrescentou que algumas das submunições explosivas resultantes da detonação pesam menos de 20kg e carregam outras submunições explosivas. "São centenas, às vezes milhares, de bombas pequenas e letais, capazes de matar, mutilar e ferir."

Kimball lembrou que essas munições têm sido repetidamente usadas pelo Exército russo desde a invasão à Ucrânia, em 24 de fevereiro do ano passado. "Centenas de civis morreram; casas, hospitais e escolas foram danificados. O Exército ucraniano também utilizou-as em múltiplas ocasiões. O emprego delas pela Rússia não justifica o fornecimento dessas armas pelos EUA. Isso aumentará a quantidade de munições não detonadas na Ucrânia e ampliará o número de baixas entre a população civil", advertiu.

Eu acho...

"As munições de fragmentação não diferenciarão um soldado ucraniano de um russo, um soldado de um civil; um adulto de uma criança. A eficácia das munições cluster é significativamente exagerada e o impacto sobre os não-combatentes é amplamente reconhecido, mas muitas vezes negligenciado."

Daryl G. Kimball, diretor executivo da Associação para o Controle de Armas (em Washington)

Arquivo pessoal



Conexão diplomática



por Silvio Queiroz
silvioqueiroz.df@gmail.com

Política externa em três atos

Não chegou a ser surpreendente, mas a presença do presidente na reunião do Foro de São Paulo, em Brasília, no último fim de semana, serviu como ponto de partida para uma sequência de movimentos que colocaram em cena o roteiro traçado, no Planalto e no Itamaraty, para o mandato iniciado em janeiro. A integração latino-americana, definida como esteio para a reinserção do Brasil no cenário internacional, foi também o cerne da reuniáo de cúpula em que o país assumiu a presidência rotativa do bloco. E, como desdobramento das discussões em Puerto Iguazú, veio a conversa do presidente com o chefe do governo espanhol, Pedro Sánchez, que responde pelo Conselho da União Europeia.

Relatividade

No caso do Foro de São Paulo, a decisão de comparecer e discursar serviu como mensagem para distintos endereços. De cara, a oposição doméstica de direita. Quando chamou para si a sede do encontro, o primeiro do conglomerado de esquerda em modo presencial desde a pandemia, a direção do PT desafiou, deliberadamente, os protestos estridentes da tropa de choque bolsonarista. A escolha de Brasília fez as vezes de amplificador.

Na fala que dirigiu aos "compas" latino-americanos, Lula reafirmou o compromisso de seu governo com a integração regional. E voltou a defender, sem rodeios, o lugar da Venezuela no processo — novamente, como resposta à direita brasileira, mas também como recado para os EUA e mesmo para os presidentes vizinhos que defendem o "gelo" para Nicolás Maduro, em nome de valores democráticos — que o presidente voltou a tratar como "relativos".

Sobrou, ainda, um convite à esquerda latino-americana para que discuta suas divergências com mais recato e cultive a solidariedade. Mas sem abandonar o rito da autocrítica.

Touro a unha

Nos dois atos seguintes no cenário regional, o protagonismo ficou com as negociações para destravar o acordo comercial entre Mercosul e UE. Ao receber o bastão do colega argentino, Alberto Fernández, o presidente brasileiro foi claro e enfático sobre a prioridade que dará a essa meta no semestre em que vai comandar o bloco de cá.

Lula foi igualmente direto sobre a rejeição às novas cláusulas ambientais que o lado europeu quer inserir no texto fechado e assinado em 2019 — e agora em fase de revisão, para posterior ratificação pelos parlamentos nacionais dos países envolvidos. Como já tinha feito diante da presidente da Comissão Europeia (o braço executivo da UE), Ursula von der Leyen, em Brasília, e do colega Emmanuel Macron, em Paris, classificou como "inaceitáveis" as sanções conexas à agenda ambiental e climática, cuja inclusão é defendida pelos europeus.

Mal retornado da Argentina, o presidente se valeu do telefone para tratar do tema com o chefe de governo da Espanha. Antes mesmo de assumir a presidência rotativa do Conselho da UE, Pedro Sánchez fazia coro com Lula sobre a determinação de aparar as últimas arestas e encaminhar o acordo comercial para a ratificação e a entrada em vigor.

Ainda neste mês, os dois deverão estar frente a frente em Madri, que recebe o encontro de cúpula ente a UE e a Celac. O Planalto confirmou a presença do presidente no encontro, não apenas pela oportunidade da conversa presencial com o anfitrião. A ideia é, também, dar cores vivas à decisão tomada de revigorar a Celac, surgida na primeira década do século com impulso decisivo de Brasil Venezuela e Cuba.

Monarquia acanhada

Oficialmente, na Espanha, o cargo exercido por Pedro Sánchez é o de presidente do Governo. Equivale ao de primeiro-ministro, mas é comum e habitual que o titular seja chamado, na imprensa e na linguagem corrente, apenas de "presidente".

O tratamento sugere a alguns observadores uma espécie de gesto simbólico dirigido aos sentimentos republicanos, vivos ainda passado quase um século da Guerra Civil (1936-1939), que sepultou a república e instalou a longa ditadura de Francisco Franco. Morto o "generalíssimo", em 1975, o rei Juan Carlos foi o fiador da transição à democracia. Talvez por isso mesmo, ela se restaurou sob a forma de monarquia constitucional, até como reconhecimento ao papel desempenhado pelo pai de Felipe VI.

Embaixador pela arte

O Brasil perdeu, na semana que se encerra, um dos personagens que serviram na prática como embaixadores da cultura brasileira, pela excelência e pelo alcance universal de sua obra. O ator, diretor e dramaturgo José Celso Martinez é celebrado e será lembrado pelo vigor da produção teatral à frente do Oficina. Mas tem incursões em outras frentes, em particular uma, menos comentada nesses dias, pelo cinema documental.

Depois de ser preso e torturado sob a ditadura militar, em 1974, Zé Celso decidiu partir para o exílio em Portugal, que vivia a efervescência da Revolução dos Cravos e da redemocratização. Registrou o momento no documentário O parto. No ano seguinte, viajou para Moçambique e filmou 25, que mostra a trajetória da luta anticolonial até a independência, recém-conquistada.

Assim como Angola, Guiné-Bissau e Cabo Verde, Moçambique foi (e tem sido) peça-chave da diplomacia brasileira para a África.